

ATA Nº 9/2013. -----
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
EXECUTIVO MUNICIPAL REALIZADA
NO DIA ONZE DE ABRIL DE 2013. -----

No dia onze do mês de abril do ano de dois mil e treze, no edifício dos Paços do Concelho de Tomar, sito na Praça da República, nesta cidade, reuniu a Câmara Municipal de Tomar, em reunião pública sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara – Carlos Manuel de Oliveira Carrão, encontrando-se presentes os Exm^{os}. Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino, Pedro Alexandre Ramos Marques, Maria do Rosário Cardoso Simões, Luís José da Silva Ferreira, Graça Maria Marques Costa e José Manuel Farinha Perfeito. -----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----

- 1. -RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2012 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO. -----**
- 2. -DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2012.-----**

Sendo quinze horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, passando a Câmara a deliberar em conformidade com a Ordem do Dia. -----

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO ANO DE 2012-----

Foi presente o Relatório de Atividades e Contas do Exercício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ano de dois mil e doze, que apresenta os seguintes movimentos:-----

Proveitos e Ganhos durante o ano: seis milhões, trezentos mil, quatrocentos e treze Euros e quatro cêntimos (€ 6.300.413,04); -----

Custos e Perdas: cinco milhões, oitocentos e dezassete mil, setecentos e catorze Euros e cinquenta e quatro cêntimos (€ 5.817.714,54); -----

Resultado líquido do Exercício: quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e noventa e oito Euros e cinquenta cêntimos (€ 482.698,50). -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos documentos, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentados no Relatório de Gestão, e nos termos das disposições conjugadas dos art.^{os} 64º, nº 2, al. e) e 53º nº 2 al. c), da Lei nº 169/99, de 18 de

Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submetê-los à votação e aprovação do Órgão Deliberativo. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de três votos a favor e as abstenções dos Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino, Luís José da Silva Ferreira, Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa. -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR, REFERENTE AO ANO DE 2012 -----

Foi presente o Relatório de Atividades e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Tomar referente ao período que decorreu entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2012, para apreciação e votação, apresentando os seguintes movimentos: -----

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL: -----

Saldo do ano anterior: - Um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos (€ 1.622.672,64); -----

Receita cobrada durante o ano: - vinte seis milhões, setecentos e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos (€ 26.734.772,86); -----

Despesa paga no decorrer do ano: - vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e sete mil, oitocentos e sessenta e seis euros e três cêntimos (€ 25.977.866,03); -----

Saldo para a Gerência Seguinte: - Dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e setenta e nove euros e quarenta e sete cêntimos (€ 2.379.579,47);-----

Proveitos e Ganhos: - Vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e noventa euros e trinta e nove cêntimos (€ 23.255.390,39); -----

Custos e Perdas: - Vinte milhões, novecentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinco euros e cinquenta cêntimos (€ 20.942.705,50); -----

Resultado Líquido do Exercício: - Dois milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e oitenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos (€ 2.312.684,89). -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos documentos, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentados no Relatório de Gestão, e nos termos das disposições conjugadas dos artºs 64º, nº 2, al. e) e 53º nº 2 al. c), da Lei nº 169/99, de 18 de

Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submetê-los à votação e aprovação do Órgão Deliberativo. -----

Esta deliberação foi aprovada por três votos a favor, dois votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa e duas abstenções dos Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino e Luis José da Silva Ferreira. -----

Os Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

“PARALEZIA GRITANTE, JOGANDO COM A VIDA DOS TOMARENSES -----

Introdução -----

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município para 2012 não obtiveram aprovação pela Câmara Municipal (reunião de 12 de Dezembro de 2011), tendo-se iniciado a aplicação dos instrumentos previsionais a 01 de Janeiro de 2012, com a utilização dos documentos previsionais do ano anterior (2011) com as dez alterações entretanto efectuadas ao longo do ano (Cfr. fls 268 do DPC – 2012). -----

A prestação de contas do ano de 2012 continua a reflectir a forma pouco rigorosa como, ao longo destes últimos anos, têm vindo a ser geridos e aplicados os recursos colocados ao dispor da maioria PSD (PSD/PS desde o início deste mandato até finais de 2011) e que implica o sacrifício generalizado da população, obrigada a pagar taxas e licenças que financiam acções de discutível prioridade e quase nulo benefício da comunidade, com a afectação e o condicionamento dos recursos futuros do Município. -----

Os Vereadores Independentes *por* Tomar vêm constatando que, para obras e acções de duvidosa utilidade e que não conduzem ao progresso e ao desenvolvimento da nossa terra, se preteriu o social, que se continua a recorrer, cada vez mais, a entidades externas para a execução de obras e acções, mesmo da total e exclusiva competência dos Serviços Camarários, em detrimento da administração directa e em nítida desvalorização dos recursos humanos concelhios. -----

Aprofundando a análise deste importante documento de gestão municipal cumpre considerar que, em termos gerais, o documento da Prestação de Contas do ano de 2012 está na mesma linha dos apresentados nos anos anteriores, perdendo é certo o tom triunfalista que os caracterizava. -----

Neste pressuposto, mantêm-se actuais os comentários feitos sobre os relatórios dos anos de 2006, de 2007, de 2008, de 2009, de 2010 e de 2011 o que confirma, no essencial, a manutenção das

erradas políticas da maioria PSD (alargada ao PS, no presente mandato até aos finais do ano de 2011). -----

Execução orçamental-----

Os níveis de execução da receita e da despesa face aos respectivos orçamentos, continuam a apresentar valores muito baixos, sem que seja apresentada qualquer fundamentada justificação. ----
Constata-se um empolamento dos valores orçamentados avultando uma fraca execução orçamental. -----

Anos	Total Despesas				Total Receitas		
	Orçamento	Compromissos assumidos	Execução	Execução %	Orçamento	Execução	Execução %
2012	66.287.970,00	43.913.254,88	25.677.866,03	39,19%	66.287.970,00	26.704.990,34	40,29%
2011	66.287.970,00	54.877.431,49	33.891.441,52	51,13%	66.287.970,00	33.494.910,22	50,51%
2010	58.621.080,00	53.483.967,85	28.034.980,85	47,82%	58.621.080,00	27.398.237,89	46,74%
2010 ⁽¹⁾	61.181.080,00				61.181.080,00		
2009	46.743.320,00	45.176.862,90	29.089.166,20	62,2%	46.743.320,00	29.856.984,74	63,9%
2009 ⁽¹⁾	57.631.136,00				57.631.136,00		
2008	40.800.602,00	35.116.056,10	22.974.671,38	56,3%	40.800.602,00	22.970.251,10	56,3%
2007	39.277.213,54	34.820.685,91	23.274.503,05	59,3%	45.308.598,54	29.324.859,71	64,7%
2006	47.852.989,00	37.333.224,70	24.316.774,04	50,8%	47.852.989,00	23.414.532,66	48,9%

⁽¹⁾ Orçamento

Ao longo dos anos representados no quadro acima, o grau de execução orçamental oscila entre 45% e 63%. -----

O montante total das receitas e das despesas apresenta uma *tendência decrescente* que vem já de 2006.-----

Os valores orçamentados para as receitas quase *duplicam* sistematicamente os montantes executados. -----

Anos	Despesas Correntes				Receitas Correntes		
	Orçamento	Compromissos assumidos	Execução	Execução %	Orçamento	Execução	Execução %
2012	29.368.174,00	26.817.085,96	18.428.561,10	62,75,%	29.852.948,00	18.946.375,66	63,47%
2011	26.113.148,00	26.965.926,22	18.204.470,95	64,10%	29.852.948,00	19.969.369,19	64,28%
2010	27.551.647,00	23.489.555,85	17.402.599,21	63,16%	20.301.506,00	19.351.780,41	66,25%

2010 ⁽¹⁾	27.982.427,00				32.697.560,00		
2009	22.555.869,00	22.250.565,36	18.078.128,43	80,1%	20.301.506,00	17.7533.356,87	87,4%
2009 ⁽¹⁾	24.406.902,00				30.892.034,00		
2008	20.721.999,00	19.899.401,00	15.926.077,78	76,9%	24.923.961,80	18.405.578,35	73,8%
2007	18.887.608,75	17.233.722,86	14.496.539,17	76,8%	30.189.204,00	22.996.430,93	76,2%
2006	17.926.970,71	16.033.395,96	14.016.012,87	78,2%	26.401.599,00	15.336.106,69	58,1%

Anos	Despesas de Capital				Receitas de Capital		
	Orçamento	Compromissos assumidos	Execução	Execução %	Orçamento	Execução	Execução %
2012	40.174.822,00	17.096.168,92	7.549.304,93	20,45%	36.435.022,00	7.758.614,68	21,29%
2011	40.174.822,00	27.924.505,27	15.686.970,57	41,40%	36.435.022,00	14.989.892,99	39,24%
2010	31.069.433,00	29.994.412,00	10.632.381,34	34,22%	29.409.031,00	8.046.457,48	27,36%
2010 ⁽¹⁾	33.198.653,00				28.483.520,00		
2009	24.187.451,00	22.926.297,04	11.011.037,77	45,5%	26.441.814,00	12.103.627,87	45,7%
2009 ⁽¹⁾	33.224.234,00				26.739.102,00		
2008	20.078.603,00	15.216.655,10	7.048.593,60	35,1%	15.876.640,20	4.564.672,75	28,8%
2007	20.389.604,79	17.586.963,05	8.777.963,88	43,1%	15.119.394,54	6.328.428,78	41,9%
2006	29.926.018,29	21.299.828,74	10.300.761,17	34,4%	21.451.390,00	8.078.425,97	37,7%

⁽¹⁾ Orçamento

As despesas correntes apresentam um crescimento constante ao longo dos anos, apesar da tendência ligeiramente decrescente das receitas e um grau de execução entre os 62% e os 80% dos valores orçamentados. Os compromissos assumidos estão em linha com as despesas realizadas. ----- Das receitas correntes a maior fatia 9.109.634,44 € (9.345.814,85€, em 2011, 9.897.314,71€ em 2010, 8.178.923,75€ em 2009) provém das transferências do OE (FEF, FSM e Participação fixa no IRS), a que se segue a provinda de impostos, taxas, multas e outras penalidades 4.824.434,61€ (5.284.166,78€ em 2011, 5.507.767,30€ em 2010 e 5.445.330,90€ em 2009). Em ambas se verifica um decréscimo do valor recebido, de 236.180,40 € e de 459.732,17 €, respectivamente. ----- No que respeita às receitas de capital, o baixo grau de execução continua a acentuar-se nos últimos anos, significativamente atingindo um dos valores mais baixos de sempre. Da receita orçamentada de 36.435.022,00€ cobraram-se apenas **7.758.614,68€** – **quase metade** do ano anterior -

14.989.892,99 € com uma taxa de execução de **21,29%** (39,24% em 2011, 27,36% em 2010 e 45,7 % em 2009) - o que se tem de enfatizar. -----

A execução orçamental da despesa tem um desempenho ao nível do da receita, nomeadamente no que respeita às despesas de capital: -----

- Orçamento	37.889.796,00€	- em 2011	-	37.889.796,00€
- Despesas pagas	7.549.304,93€	- em 2011	-	15.686.970,57€
- Compromissos assumidos	43.913.254,88€	- em 2011	-	27.924.505,27€

Assim, a maioria relativa PSD assumiu compromissos num montante 5,81 vezes (1,78 vezes em 2011, 3,73 vezes em 2010 e 1,89 vezes em 2009) superior às receitas de capital arrecadadas 7.549.304,93€ (14.295.473,13€ em 2011, 8.046.457,48€ em 2010 e 12.103.627,87€ em 2009). -----

O nível dos compromissos assumidos em cada ano é sempre substancialmente superior, até mais que quintuplicando! -----

A transformação gradual, ao longo de cada ano, dos compromissos em débitos efectivos aos Fornecedores gera um inevitável aumento do Passivo Exigível e das dificuldades de tesouraria. -----

As justificações sobre os desvios entre as receitas arrecadadas e as orçamentadas são muito incipientes e referem-se a uma parte pouco significativa. -----

Em boa verdade, a execução orçamental da receita é, mais uma vez, desastrosa. -----

Esta deliberada política de planeamento e gestão orçamental não tem qualquer sentido, desacredita o Município e ofende os cidadãos. -----

Já ultrapassado o limiar do “**investimento nulo**”, a execução das despesas capital apresenta uma tendência decrescente muito acentuada (menos de metade da execução de 2003) e preocupante. -----

ANO 2012								
Situação dos contratos	Pagamentos na gerência				Pagamentos acumulados			
	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	Revisão preços	Total	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	Revisão preços	Total
Aquisição de bens	1.219,0	0,0	7,3	1.226,3	2.008,1	0,0	7,3	2.015,4
Empreitadas de obras públicas	2.903,2	1,6	110,5	3.015,3	16.272,1	1,6	110,5	16.384,2
Locação financeira	152,4	0,0	0,0	152,4	638,5	0,0	0,0	638,5
Prestação de serviços	1.888,4	0,0	24,7	1.913,1	2.861,3	0,0	24,7	2.886,0
Total geral	6.163,0	1,6	142,5	6.307,1	21.780,0	1,6	142,5	21.924,2

ANO 2011								
Situação dos contratos	Pagamentos na gerência				Pagamentos acumulados			
	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	Revisão preços	Total	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	Revisão preços	Total
Aquisição de bens	762,2	0,0	00	762,2	1.958,9	0,0	0,0	1.958,9
Empreitadas de obras públicas	10.942,3	38,3	21,5	10.984,2	16.074,1	74,8	21,5	16.170,4
Locação financeira	245,4	0,0	0,0	245,4	752,9	0,0	0,0	752,9
Prestação de serviços	999,1	0,0	0,0	999,1	1.99,4	0,0	0,0	1.999,4
Total geral	12.931,0	38,3	21,5	6.396,6	20.785,4	74,8	21,5	20.881,7

No caso das *empreitadas de obras públicas*, a lista detalhada dos contratos, que consta do Documento de Prestação de Contas de 2012, apresenta, repetidamente, vários contratos de trabalhos a mais e de revisão de preços, o que implica que o montante das despesas é sempre muito superior ao dos compromissos iniciais.-----

Passivo do Município de Tomar

Curto prazo		31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008
<u>Dívidas a terceiros</u>					
Fornecedores c/c	3.184.605	4.083.675	2.754.585	1.620.559	3.329.356
Fornecedores - fact. em conferência	3.834.864	3.319.974	67.603	12.027	0
Fornecedores Imobilizado c/c	2.660.412	3.861.434	6.319.537	2.356.018	3.734.730
Fornec.Imob. C/C Fact.Rec.	4.565.824	4.594.775	10.818	-	-
Estado e outros entes públicos	195.376	179.156	176.344	142.709	145.222
Administração Autárquica	200	200	200	200	200
Outros Credores	78.755	61.035	94.173	86.374	88.953
	14.520.036	16.340.927	9.462.073	4.217.887	7.298.460
<u>Acréscimos e diferimentos</u>					
Acréscimos de custos	2.171.185	871.536	1.240.396	1.006.532	1.150.212
Subtotal Curto Prazo	16.691.221	17.212.463	10.702.469	5.224.419	8.448.672
Médio e longo prazo					
<u>Dívidas a terceiros</u>					
Empréstimos	19.941.243	22.345.568	23.253.562	24.882.970	20.624.758

Fornecedores Imobilizado	0	0	0	0	0
Subtotal Médio e Longo Prazo	19.941.243	22.345.568	23.253.562	24.882.970	20.624.758
Passivo exigível	36.632.464	39.558.031	33.956.031	30.107.389	29.073.430
<u>Acréscimos e diferimentos</u>					
Proveitos diferidos (não exigível)	36.124.411	33.336.138	24.438.567	22.169.385	21.425.067
Passivo total	72.756.874	74.934.356	58.394.599	52.276.774	50.498.497

_*

O Passivo Exigível em 31 de Dezembro de 2012 inverteu a tendência de crescimento face aos anos anteriores (em 2011 aumentou 11,65% em relação a 2010 e este aumentou 12,48% em relação a 2009). -----

Por outro lado, a diferença entre o valor total dos contratos não está ainda reflectida na totalidade no balanço, pelo que o Passivo Exigível a Curto Prazo poderá crescer de forma significativa ao longo de 2012. -----

Quanto aos **Empréstimos** o serviço da dívida no montante de **2.596.850,47 €** (2.671.747,55€ em 2011, 2.810.584,17€ em 2010, 2.731 mil euros em 2009 e 2.592 mil euros em 2008) representou **10,00%** do total das despesas pagas de 25.977.866€ (7,9% de 33.891.441,52€ em 2011, 10,03% de 28.034.980,65€ em 2010, 9,1 % de 29.923 mil euros em 2009, 11,3% de 22.974,7 mil euros em 2008 e 10,4% em 2007). -----

No final de 2012 a dívida do Município à banca (empréstimos m/l prazo) era de **19.941.242,53€**. Assim a dívida em 31 de Dezembro de 2011 era de 22.345.568,05€ (24.882.970€ em 2010 e 20.624.758€ em 2009), com um decréscimo de **2.404.325,52 €**. -----

No que concerne à dívida a curto prazo ascendia a **14.520.035,67€** (16.340.927,00€ em 2011, 9.462.073,04€ em 2010, 4.217.888,20€ em 2009), sofreu um decréscimo de 1.820,891 (6.878.854,00€ em 2011 e 5.244.184,84€ em 2010). -----

Assim o endividamento total é de 34.336.138,49€ (38.686.495,00€ em 2011, 32.715.635,39€ em 2010 e 29.100.858€ em 2009) e o **total do passivo** é de **72.756.874,40€**. -----

Nos “FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO” (pág. 396) é referido que: -----

“Não estão reflectidos nas contas da autarquia os efeitos decorrentes da liquidação da empresa Tomar Polis, SA, cuja liquidação se encontra em fase de ultimateção. Estima-se que a totalidade dos activos e passivos daquela sociedade se venham a integrar no património municipal, sem

prejuízo da imputação ao Estado (detentor de uma participação de 60% da sociedade) da proporção dos prejuízos apurados.-----

Não nos foi possível apurar os efeitos que tal integração terá nas contas do Município, atendendo a que apenas se encontram apresentadas as contas referentes ao ano de 2009 daquela sociedade.” (sic). -----

EM CONCLUSÃO: -----

Constatamos que o ano de 2012 foi um ano de investimento quase nulo (inferior até ao ano de 1998), sem que esta quebra, resultante da falta de iniciativa e da capacidade de investimento, tenha tido reflexos **positivos** na situação financeira do Município. -----

Os Vereadores Independentes *por* Tomar têm tecido fundadas críticas a esta estratégia sem rumo e sem futuro e, uma vez mais, vêm reiterar pela sua manifesta actualidade um trecho da declaração de voto que apresentámos em 15 de Abril de 2008:-----

“Voltamos a sublinhar que as Receitas de Capital vêm decrecendo nos últimos cinco anos aproximando-se dos níveis do início da década, o que demonstra as dificuldades próprias do Município em gerar receita. -----

Salientamos que, sendo o ano de 2007 aquele em que se arrecadou a maior receita de Impostos Directos dos últimos dez anos, é também aquele em que o valor da Derrama arrecadado é o mais baixo dos últimos dez anos, o que claramente revela as grandes dificuldades por que passa o tecido económico do Concelho. -----

Torna-se evidente que assumir compromissos quase três vezes superiores à receita arrecadada gera, no imediato, dificuldades de tesouraria e compromete o investimento futuro.-----

Ressalta ainda claramente da análise aos Documentos de gestão em apreço, que a derrapagem, ou seja, efectuar despesa sem a devida contrapartida em termos de receita, foi a prática seguida essencialmente no ano de 2005 – ou não tivesse sido ano de eleições – e essas “facturas” pagam-se.

*Assim, os Vereadores Independentes por Tomar reiteram o seu desacordo com grande parte das opções que vêm sendo tomadas, as quais originam avultadas despesas com a realização de obras desnecessárias e/ou desadequadas, conforme foi o caso das obras da dita requalificação do Pavilhão, do Estádio e do Mouchão, que custaram aproximadamente **vinte milhões de euros** e que, desta forma, implicam o assumir de encargos que vão endividando seriamente o Município. ---*

No decurso de 2007 alertámos por diversas vezes para o caminho errado que a maioria PSD trilhava e manifestámos claramente outras opções que se deveriam ter seguido, nomeadamente noutras acções que como mero exemplo voltamos a referir. -----

Não se investiu, como se devia ter feito, na iluminação pública de alguns lugares das nossas Freguesias, que bem carenciados estavam, pois só recentemente e na sequência de uma proposta dos Vereadores Independentes por Tomar, se celebrou finalmente o protocolo com a EDP e se deu início à remodelação da rede eléctrica do Concelho. -----

Teimosamente a maioria PSD manteve o Mercado Municipal completamente ao abandono, pondo mesmo em causa o seu funcionamento, num desrespeito por comerciantes e utentes. -----

Com esta desastrosa política a maioria PSD teve a ousadia e a falta de senso de, a meio do ano, frustrar as legítimas expectativas das associações culturais e desportivas do Concelho, cortando-lhe abruptamente parte substancial (50%) do apoio habitualmente concedido. -----

Continua-se a recorrer, cada vez mais, a entidades externas para a execução de obras e acções, em detrimento da administração directa, desvalorizando os recursos humanos concelhios e transferindo para fora do Concelho os escassos recursos financeiros do erário municipal. -----

Inúmeras têm sido as opções erradas, tais como as obras do “faz, desfaz e volta a fazer”, ou as realizadas desnecessariamente, bem como aquelas que mereceram reparo de órgãos fiscalizadores externos ao Município. -----

Perante este quadro, e face à diminuição da receita e dificuldades de tesouraria, continuamos a afirmar convictamente que se torna imprescindível alterar o rumo com novas opções, que permitam a dinamização económica, turístico-cultural do Concelho, com uma especial atenção à área social, para que, face às novas oportunidades que se abrem com o QREN, se invista com uma estratégia e objectivos adequados ao desenvolvimento do Concelho. -----

Infelizmente não tem sido esta a linha de rumo da maioria PSD e, por isso, Tomar caminha para o abismo através de decisões e opções erradas, as quais advêm da teimosia e do autismo, que tem sido a prática corrente da maioria. -----

*Pelas razões expostas e sem pôr em causa a conformidade formal do Documento com o POCAL ou a sua elaboração técnica, os Vereadores Independentes por Tomar, votam **CONTRA**.” -----*

Os Vereadores Independentes por Tomar continuam a afirmar que é errado exportar para fora do Concelho recursos financeiros com a contratação de empresas para a realização de obras e

serviços, em detrimento, quer dos recursos municipais, quer ainda do potencial empresarial e humano existente no Concelho. Tal política não se ajusta à necessidade de combater a crise do desemprego existente no Concelho e delapida o, cada vez mais, exíguo potencial financeiro gerado no Concelho. -----

Aliás, esta afronta é tão mais grave quando a maioria PSD no seu Relatório de Gestão (que, no essencial, é uma mera cópia dos apresentados nos anos anteriores) , a dado passo, se permite voltar a afirmar o seguinte: -----

“Beneficiando de uma posição geoestratégica vantajosa, Tomar desempenhou durante largo tempo um papel relevante na estruturação urbana do território nacional, evidenciado pela sua dinâmica cultural, económica e social. Todavia os impactes dos processos de reestruturação produtiva enfrentados pelo país nas décadas de 70 e 80 e a reconfiguração da rede de acessibilidades estruturante do território nacional, durante os anos 90, memorizaram o seu protagonismo funcional. Em resposta a esta situação desenvolveram-se um conjunto de projectos e investimentos, com destaque para o novo Hospital, para o Instituto Politécnico e para intervenções de requalificação urbana. Estes projectos contribuíram para a rápida e profunda transformação produtiva de Tomar , caracterizada pela passagem de um modelo económico suportado na indústria transformadora, para uma nova economia urbana de comércio, serviços públicos e turismo. -----

Consolidada esta transformação, Tomar é hoje uma cidade em afirmação, recuperando protagonismo social, cultural, económico e urbanístico, colocando-se numa posição privilegiada de cidade prestadora de serviços para uma vasta área do Centro de Portugal” (sic). (pág. 217).

Se a análise de um ponto de vista meramente histórico está, de certa forma, correcta e o destaque que é dado à construção do Instituto politécnico e do novo Hospital, que ocorreram no final das décadas de 80 e início da de 90 respectivamente, se justifica sempre, já a ideia de “oásis”, que a maioria PSD/PS pontifica no 2º parágrafo do trecho acima transcrito, é completamente desajustada à realidade em que vivemos e para a qual tão negativamente a maioria PSD (neste exercício coligada com o PS) tem contribuído nestes últimos anos do seu governo. -----

Nem a referida *“rápida e profunda transformação produtiva de Tomar, caracterizada pela passagem do modelo económico suportado na indústria transformadora, para uma nova economia urbana de comércio, serviços públicos e turismo”* se consolidou, bastando para o efeito

verificar a situação difícil em que se encontra o nosso comércio e a ausência de estratégia para o turismo; nem “*Tomar é hoje uma sociedade em afirmação recuperando protagonismo social, cultural e urbanístico*”, **muito antes pelo contrário, pois a situação social e económica é grave e preocupante.** -----

É um deslante vir, no actual contexto, produzir este tipo de afirmações totalmente desajustadas. -----

Acresce que, todos os indicadores de crescimento e de desenvolvimento, que resultam da análise efectuada à Prestação de Contas referente ao ano de 2012, revelam a situação difícil e preocupante em que se encontra o Município, com realce para o mais fraco investimento da última década (**menor investimento por população residente, por área do Município -km2-**), que contrasta com os **valores mais elevados de despesas correntes** (*apesar de, como referem, a gestão ter reduzido em 610.262,49€ as despesas com pessoal, tendo o deslante de omitir que essa redução se fica a dever não a qualquer medida de gestão, mas essencialmente ao facto de em 2012 não se ter pago os subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores*), **de dívida e de encargos financeiros por população residente** também na última década, com o conseqüente aumento das despesas correntes e a diminuição da capacidade de investimento, que se reduziu a cerca de 20% do orçamentado. ***Não há memória de tão grande inactividade e incapacidade política!*** -----

Lamentavelmente Tomar está a pagar a falta de estratégia, os erros e o esbanjamento de recursos financeiros da gestão PSD dos últimos quinze anos, que se agudizou neste mandato com a coligação PSD/PS.-----

O desenvolvimento económico era muito propagandeado - quem não se lembra do célebre e virtual Parque Temático, do mau aproveitamento do programa Polis, do afugentar de potenciais investidores, na incapacidade para acarinhar e apoiar a concretização de propostas de investimento, como é o caso (entre muitos outros) de um processo de 2003 de um hotel de 4 estrelas na zona histórica, que ainda está em banho-maria. -----

Palavras e uma gritante propaganda que nunca foi consubstanciada em actos consistentes ou tomadas de decisão estruturantes para o desenvolvimento sustentável de que o nosso Concelho tanto carece. Enfim ... muita parra e pouca uva, mas mesmo esta, de muito fraca qualidade! -----

Dos erros e esbanjamento de recursos financeiros bastará falar no péssimo “investimento” que foi a aquisição do Convento de Santa Iria e do ex-Colégio Feminino (aos privados o que é dos

privados!), no desleixo e incapacidade de resolução do Mercado Municipal, da parceria público-privada (no pior sentido do termo) que foi o ParqT (aliás, objecto de investigação pelas entidades competentes), sem esquecer a tão propagandeada revisão do PDM em “curso” há mais de dez anos. -----

A incapacidade de gestão e política do PSD, independentemente dos seus protagonistas tem sido desastrosa para Tomar, para as famílias e para as empresas. -----

Tomar é hoje um concelho adiado, uma sombra de si mesmo e longe, muito longe, dos anos em que era uma referência de desenvolvimento e qualidade de vida na região Centro do nosso país.-----

A política desastrosa protagonizada pelos gestores do PSD e em coligação com o Partido Socialista neste mandato, continuou a espiral para o abismo a que o nosso Concelho parece condenado de há anos a esta parte, sendo notória a falta de capacidade, possivelmente por “razões anímicas”, para inverter esta situação potenciando os valores humanos, sociais, culturais, ambientais e económicos, incentivando o empreendedorismo e a iniciativa privada, em suma, afirmando Tomar! -----

Pelas razões expostas e sem pôr em causa a conformidade formal do Documento com o POCAL ou a sua elaboração técnica, os Vereadores Independentes por Tomar, votam **CONTRA.**”-----

Os Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino e Luis José da Silva Ferreira ditaram a seguinte declaração de voto: “Uma avaliação das contas de um Município, reveste sempre uma vertente fortemente técnica, à qual se soma uma natural abordagem política. Para efeito do estrito cumprimento legal, só a recusa técnica tem consequência efectiva, sendo que a recusa política apenas decorre para a consubstanciação de um caminho alternativo e diferente. -----

Assim, tendo o PS recusado dar o seu acordo ao Orçamento do ano de 2012, convictos de que outro caminho deveria ser trilhado por esta minoria, a qual recorde-se, tem com esta prestação de contas o seu 15º ano ininterrupto de gestão. Mesmo quando em alguns momentos no passado, propostas e sugestões da introdução e melhoria, por parte da oposição, operadas em sede de orçamento, nunca acabaram as mesmas por ser cumpridas, demonstrando assim o PSD, a sua dificuldade de objetivar o diálogo e respeito adequado com as outras forças políticas, onde não só o PS se tem queixado.-----

O ano de 2012 foi, nesta como na generalidade das autarquias do País, um ano quase perdido a nível de intervenção estruturante, mercê da aplicação da famigerada Lei dos Compromissos, entre

outras emanadas de um Governo cego e obcecado face à finança, esquecendo a economia e as pessoas. Naturalmente que tal em Tomar, se reflectiu, por exemplo, por um lado numa redução da dívida de médio e longo prazo, a qual baixou em mais de 2,4 milhões€ para 19.941.243€, à qual se soma cerca de 13 milhões€ de dívida de curto prazo; e por outro, na queda abrupta de mais de 60%, do investimento municipal de 304,83€ por residente (em 2011), para apenas 110,92€ (em 2012). **Neste contexto uma execução (da receita) de 63%, face a uma execução (da despesa) de apenas 39%, nas quais apenas 20% nas despesas de Capital, dá-nos bem um retrato de quanto ficou por fazer, mesmo face aos duvidosos objectivos apresentados para concretização.** -----

Mas o problema desta conta da gestão de 2012 não é contabilístico ou financeiro, mas sim de opções estratégicas. É portanto um problema político e não um problema técnico. Anteriormente o PS avaliou da importância de recusar a conta, procurando desta forma que o PSD invertesse a sua forma de trabalhar e passasse a ouvir as sugestões e apelos da oposição. *Debalde o fizemos.* Com ou sem orçamento, com ou sem contas de gerência aprovadas, a nada nem a ninguém, quem hoje gere o Município, ligou. Tudo foi feito, pela vontade unilateral, assumidamente autocrática, do seu Presidente, com o beneplácito dos vereadores desta minoria e do PSD local que lhe foi dando suporte na Assembleia Municipal. -----

São várias as formas duvidosas e ardilosas, encontradas para dar execução a um pagamento, não autorizado em sede de orçamento para 2012, à ParqueT, num montante mensal de cerca de 100.000€, mas ficando por exemplo, por dar plena execução à transferência de competências para as Freguesias, através de protocolos, relutantemente aprovados no seio da Câmara e Assembleia Municipal. Ou o necessário reforço de verbas para as políticas sociais ativas do Município. Ou para o investimento na recuperação do parque habitacional social do Município. Ou para a recuperação do Mercado Municipal. Ou para a promoção da economia local, no investimento da divulgação e do turismo e na facilitação do trabalho aos investidores, etc, etc... -----

Durante um ano, tudo serviu de desculpa para esta Câmara minoritária, não fazer o que lhe competia. E isso não pode deixar de merecer o vivo repúdio, por parte do partido socialista. --

É no entanto notório, que toda a comunidade tomarense apenas espera deste executivo que não prejudique mais o futuro do Concelho e se abstenha de através das suas acções ou inações, de o

colocar em causa. As próximas eleições de 29 de Setembro, reflectirão essa avaliação, está disso o PS expectante.-----

Em resumo:-----

Pese embora as dúvidas, legitimamente levantadas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), que este ano pela primeira vez irá apresentar à Assembleia Municipal o seu parecer, em relação a duas dívidas existentes da administração central ao Município de Tomar, de 660.810,36€ da Autoridade nacional de Protecção Civil, em resultado das diferenças de salários suportados pelo Município durante os anos de instalação em Tomar do CDOS e de 326.859,01€ da Direcção Nacional da PSP, face aos anos de rendas não pagas pela utilização do Palácio Alvim, bem como o facto de que *“Não estão refletidos nas contas da autarquia os efeitos decorrentes da liquidação da empresa Tomar Polis, SA, cuja liquidação de encontra em fase de ultimção, mas com efeitos que, embora não consigamos quantificar, estimamos materialmente relevantes.”*-----

A execução orçamental, do orçamento em vigor – o de 2011, cumpriu os trâmites comumente aceites, nos termos como tal na Lei definidos e, com as dúvidas técnicas, apontadas do draft do ROC, atrás mencionadas e que o PS subscreve e alerta, não terão outros reparos técnicos a apontar.-----

Politicamente esta conta merece da parte do PS a mesma recusa das políticas e estratégias encetadas, que anteriormente nos mereceram documentos análogos.-----

A sua viabilização, face ao Resultado Líquido do Exercício positivo de 2.312.684,89€ (dois milhões trezentos e doze mil seiscentos e oitenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos), nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, permite que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:-----

- a) Nos termos do ponto 2.7.3.5. do POCAL, o reforço da conta 571 - Reservas Legais no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício, correspondendo a 115.634,24 € (cento e quinze mil, seiscentos e trinta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos);-----
- b) Seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados, o remanescente, ou seja, 2.197.050,65€ (dois milhões, cento e noventa e sete mil e cinquenta euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

Por tudo isto se abstém o PS.”-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezassete horas, o Senhor Presidente da Câmara, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião. -----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Técnica
Superior, designada para o efeito por deliberação do Executivo Municipal de 10 de
Fevereiro de 2011, mandei escrever e subscrevo. -----**
